

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, 01

Balancos patrimoniais, 07

Demonstrações do resultado, 08

Demonstrações do resultado abrangente, 09

Demonstrações dos fluxos de caixa, 10

Demonstração das mutações do patrimônio líquido, 11

Notas explicativas às demonstrações financeiras, 12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores da

Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás

Rua 1.121, 200, Setor Marista, Caixa Postal 15

74.175-120, Goiânia-Goiás

Opinião com ressalva

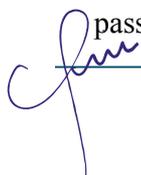
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (“**Entidade**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quantos ao possível efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “**Base para opinião com ressalva**”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Entidade** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como àqueles aplicáveis à **Entidade**, estabelecidos em Normas Brasileiras de Contabilidade (“**NBC**”), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“**CFC**”).

Base para opinião com ressalva

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº. 12, em 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “imobilizado líquido” no ativo não circulante contém em sua composição valores referentes a saldos de equipamentos de informática, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, edificações, entre outras espécies de imobilizados, totalizando o montante de R\$ 33.723.010 (trinta e três milhões, setecentos e vinte e três mil, dez reais), sendo este o saldo já deduzido das respectivas depreciações apresentadas, os quais não foram apresentados documentações e relatórios financeiros ou controles suportes, bem como não foi possível a realização de procedimentos substantivos alternativos para o saldo em questão.

Desta foram, ficamos impossibilitados de concluir quanto à adequação do respectivo saldo, bem como sobre os possíveis efeitos, se existentes, em outros grupos e contas contábeis do ativo, passivo e sobre o resultado das operações.



Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Entidade**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Anuidades a receber

Os valores a receber referente as anuidades são mensurados por valores fixados em cada exercício social, sendo reconhecidos dentro do respectivo exercício, independente de seu efetivo recebimento, em contrapartida à conta de receitas com anuidades. Os valores relativos as anuidades a receber estão dispostas na Nota Explicativa nº. 05.

A Administração da **Entidade** utiliza sistema de gestão específico para controle destes recebíveis, sendo este *software* distinto daquele utilizado para controle das demais operações, inclusive para escrituração contábil da **Entidade**. Em razão do uso de dois *softwares*, bem como pelo volume de informações processadas, eventuais inconsistências na migração destas informações podem impactar os valores reconhecidos, onde consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Respostas da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Realização de testes documentais, através do relatório de anuidades a receber;
- Realização de testes de recebimento em período subsequente;
- Revisão analítica do relatório de contas a receber;
- Análise de indicadores internos da **Entidade**, tais como ingresso de novos profissionais.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria acima aplicados, consideramos que, exceto pelos efeitos não conhecidos, o montante das anuidades a receber possuem recuperação futura, sendo adequadas as divulgações realizadas pela **Entidade** no contexto das demonstrações contábeis, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos mencionados



na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”.

Cessão Onerosa de Crédito junto à Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (“CASAG”)

Em janeiro de 2016 a **Entidade** obteve recursos financeiros junto à **CASAG, Cessionária**, através do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Crédito, transferindo 99% das ações propostas na Justiça Federal em desfavor dos Advogados inadimplentes, referente aos exercícios de 2009 a 2014, em contrapartida ao montante recebido. A administração da **Entidade** avaliou como necessária a concretização desta operação há época, face a necessidade de recomposição de seu fluxo de caixa, avaliando também, dentre outras situações, o Programa de Reinscrição do Advogado Inadimplente desenvolvido e gerido pela **Cessionária**.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº. 21, o montante pactuado figura como passivo nas demonstrações da **Entidade** até que seja realizado o acerto financeiro com a **Cessionária**, visto que o profissional inadimplente procurou, ou poderá procurar, ambas entidades para regularização de suas obrigações financeiras. Consideramos dessa forma ser um assunto significativo em nossa auditoria.

Respostas da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- Interpretação do Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Crédito;
- Circularização de saldos com a **Cessionária**, inclusive de outras contas comuns às duas entidades (repasses estatutários);
- Discussão com Administração da **Entidade** sobre a operação e conhecimento do 2º Aditivo à Cessão Onerosa, firmado entre as entidades, o qual determina a finalização da operação, e conseqüente encontro de contas entre as partes em 10 de dezembro de 2018.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos consideramos que o valor contábil da cessão onerosa entre as entidades está adequado no contexto das demonstrações contábeis, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos mencionados na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”.

Conversão de contribuições estatutárias em auxílio financeiro

A **Entidade** obteve junto ao Conselho Federal da OAB (“**CFOAB**”), autorização para conversão parcial em auxílio financeiro de 50% das cotas estatutárias devidas, referente ao exercício de 2017, objetivando aporte financeiro do **CFOAB** na **Entidade**, conforme detalhamento na Nota Explicativa nº. 24.

A Administração da **Entidade** avaliou e definiu o reconhecimento deste resultado ainda no exercício de 2017, tendo em vista ter ocorrido em data anterior à aprovação para publicação de suas demonstrações. Este assunto foi considerado significativo para nossa auditoria



devido a relevância dos valores envolvidos e que o seu não reconhecimento dentro do exercício encerrado modificaria de forma substancial as demonstrações contábeis da **Entidade**.

Igualmente a **Entidade** obteve junto à **CASAG** autorização para conversão parcial em auxílio financeiro das cotas estatutárias devidas, referente ao exercício de 2017, bem como compensação de despesas realizadas Centro de Cultura, Esporte e Lazer da OAB/GO com repasses estatutários devidos, estas últimas classificadas como recuperação de despesas, conforme ofícios, recibos e demais documentos emitidos no decorrer do exercício de 2017.

Respostas da auditoria sobre o assunto

Para este assunto, dentre outras análises, solicitamos acesso aos documentos emitidos pelo **CFOAB**, o qual autoriza a conversão em auxílio financeiro. Solicitamos também ofícios emitidos pela **CASAG**, bem como recibos de quitação de repasses estatutários, e suas respectivas composições.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos, e ainda nos termos na Norma que trata de Evento Subsequente, consideramos que o valor contábil do auxílio financeiro, bem como as divulgações realizadas estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis, exceto pelos efeitos não conhecidos dos assuntos mencionados na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”.

Tombamento patrimonial e estudo técnico referente ao ativo imobilizado em andamento

A **Entidade** contratou empresa especializada para realização do tombamento patrimonial e estudo sobre o ativo imobilizado, em especial relacionado à definição da vida útil e taxas de depreciação, valores residuais e teste de recuperabilidade, o qual está em andamento, com expectativa de conclusão durante o exercício de 2018. Os valores relativos ao patrimônio efetivamente contabilizado estão dispostos na Nota Explicativa nº. 12.

Respostas da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria não permitiram concluir quanto a existência e totalidade dos referidos bens que compõem o Ativo Imobilizado, de acordo com o parágrafo “Base para opinião com ressalva”.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (“**DVA**”)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“**DVA**”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da **Entidade**, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **Entidade**. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram



adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como àqueles aplicáveis à **Entidade**, estabelecidas em Normas Brasileiras de Contabilidade (“NBC”), emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **Entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são o de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio,

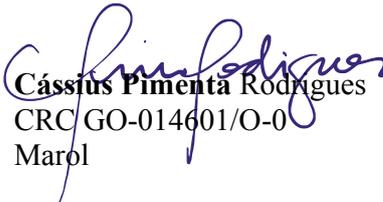


falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Entidade**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Entidade**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Entidade** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, Goiás, 18 de junho de 2018.


Cassius Pimenta Rodrigues
CRC GO-014601/O-0
Marol

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais comparados, findos
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		31.12.2017	31.12.2016			31.12.2017	31.12.2016
Em milhares de R\$							
ATIVO	NOTA			PASSIVO	NOTA		
ATIVO CIRCULANTE		18.307.067	14.035.337	PASSIVO CIRCULANTE		20.679.831	19.445.532
DISPONIVEL		2.107.551	1.175.238	OBRIGAÇÕES A PAGAR		20.679.831	19.445.532
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.662.281	711.099	Fornecedores	14	1.042.548	1.006.494
Aplicações financeiras	4	445.270	464.139	Obrigações sociais e trabalhistas	15	560.901	490.472
				Consignações	16	4.478	1.765
CRÉDITOS A RECEBER		16.199.516	12.860.099	Obrigações tributárias	17	493.063	459.555
Contribuições obrigatórias	5	15.614.157	12.309.292	Obrigações estatutárias	18	9.641.735	11.630.197
Cheques em cobrança	6	105.092	87.742	Empréstimos e financiamentos	19	5.713.995	2.654.179
Impostos e contribuições a recuperar	7	71.452	6.610	Provisões trabalhistas	20	425.743	476.412
Adiantamento a terceiros	8	55.081	200.392	Outras obrigações	21	2.797.369	2.726.457
Outros créditos	9	238.877	198.842				
Depósitos judiciais	10	114.857	57.221	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		500.122	3.516.204
ATIVO NÃO CIRCULANTE		34.734.443	33.462.016	REALIZAVEL A LONGO PRAZO		500.122	3.516.204
INVESTIMENTOS		724.237	635.006	Empréstimos e financiamentos	19	-	2.777.194
Títulos de créditos	11	724.237	635.006	Outras contas a pagar		-	16.640
IMOBILIZADO		33.723.010	32.425.699	Obrigações tributárias	17	500.122	722.370
Bens móveis e imóveis	12	33.844.558	32.531.698	PATRIMONIO SOCIAL		31.861.556	24.535.618
(-) Depreciação	12	(121.547)	(105.999)	SUPERAVIT OU DEFICIT ACUMULADOS		31.861.556	24.535.618
INTANGIVEL		287.195	401.312	Superávit ou déficit do exercício		7.325.938	5.379.373
Direitos de uso	13	461.954	461.954	Superávit ou déficit exercícios anteriores		24.535.618	19.156.244
(-) Amortização	13	(174.759)	(60.642)				
TOTAL		53.041.510	47.497.353	TOTAL		53.041.510	47.497.353

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações de resultado do exercício comparadas, findas
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em milhares de R\$	31.12.2017	31.12.2016
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO PERÍODO		
RECEITAS	43.040.608	38.776.195
RECEITA BRUTA	43.040.608	38.776.195
Receitas operacionais	23 30.321.410	27.992.761
Receitas extraordinárias	24 12.719.198	10.853.433
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(10.005.152)	(9.081.146)
(-) CONTRIBUIÇÕES	(10.005.152)	(9.081.146)
(-) Repasses estatutários	(8.949.909)	(8.531.153)
(-) Outras deduções das receitas	(1.055.243)	(549.992)
RECEITAS LIQUIDAS	33.035.456	29.695.049
CUSTOS/DESPESA	(25.449.903)	(23.258.603)
CUSTOS/DESPESAS OPERACIONAIS	(25.449.903)	(23.258.603)
(-) Pessoal e encargos	(12.744.429)	(12.729.492)
(-) Outros custos e despesas operacionais	(12.705.474)	(10.529.111)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	7.585.553	6.436.446
RESULTADO FINANCEIRO	(259.615)	(1.057.072)
RESULTADO FINANCEIRO	(259.615)	(1.057.072)
Receitas financeiras	1.063.733	196.041
(-) Despesas financeiras	(1.323.347)	(1.253.114)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	7.325.938	5.379.373

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações de resultado abrangente comparada, findas
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2017	31.12.2016
Em milhares de R\$		
Superávit / (déficit) do exercício	7.325.938	5.379.373
Outros resultados abrangentes		
Realização do ajuste de avaliação patrimonial		
Resultado abrangente total do exercício	7.325.938	5.379.373

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do fluxo de caixa comparada, finda
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2017	31.12.2016
Em milhares de R\$		
Superávit / (déficit) do exercício	7.325.938	5.379.373
Conciliação do resultado		
Resultados de exercícios anteriores		651.498
	7.325.938	6.030.871
Aumento / (redução) nos ativos operacionais		
Aumento / (redução) em anuidades a receber	(3.304.865)	(3.727.145)
Aumento / (redução) em cheques em cobrança	(22.897)	46.739
Aumento / (redução) em adiantamento à fornecedores	156.232	0
Aumento / (redução) em adiantamento a empregados	(8.575)	5.657
Aumento / (redução) em créditos diversos	(101.676)	(125.986)
Aumento / (redução) em depósitos judiciais	(57.636)	(33.511)
	(3.339.417)	(3.834.245)
Aumento / (redução) nos passivos operacionais		
Aumento / (redução) em fornecedores	36.053	(1.219.119)
Aumento / (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	24.727	(1.223.377)
Aumento / (redução) em consignações	0	(1.058)
Aumento / (redução) em obrigações estatutárias	(1.988.460)	(324.477)
Aumento / (redução) em outras obrigações	102.163	1.121.855
	(1.825.517)	(1.646.176)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.161.004	550.450
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento / (redução) Imobilizado	(1.183.195)	(2.536.248)
Aumento / (redução) Investimentos	(89.231)	(77.536)
	(1.272.426)	(2.613.784)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento / (redução) em Obrigações Financeiras	3.059.816	(793.236)
Aumento / (redução) em Obrigações Financeiras (LP)	(3.016.081)	2.325.110
	43.735	1.531.874
Acréscimo/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	932.313	(531.460)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.175.238	1.706.698
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.107.551	1.175.238
	932.313	(531.460)

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido, findas
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em milhares de R\$	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2015	18.504.746
Resultado do período	5.379.373
Resultados de exercícios anteriores	651.499
Saldo em 31 de dezembro de 2016	24.535.618
Resultado do período	7.325.938
Saldo em 31 de dezembro de 2017	31.861.556

As notas explicativas da Entidade são partes integrantes das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Ordem dos Advogados do Brasil (“**OAB**”) foi instituída pelo art. 17 do Decreto nº. 19.408, de 18 de novembro de 1930, assinado por Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, e referendado pelo então ministro da Justiça, Osvaldo Aranha. Conforme determinava o referido decreto, a OAB seria regida pelos estatutos votados pelo Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e aprovados pelo governo.

Criada em 14 de dezembro de 1931, a seccional goiana da **OAB** (“**OAB Goiás**”) foi instalada no dia 12 de abril de 1932, em sessão solene realizada no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, que se localizava na cidade de Goiás, então capital do Estado. Atualmente a **OAB Goiás** é composta por 46 subseções.

A **OAB** é um serviço público, mas não mantém vínculo funcional ou hierárquico com a administração pública. É dotada de personalidade jurídica e sua função é defender a Constituição Federal, a ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, os direitos humanos, a justiça social, bem como pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

Compete também à **OAB** promover a representação, defesa, seleção e disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação brasileira aplicável, conjugadas com as Normas Brasileira de Contabilidade (NBCs), instituídas pelo Conselho Federal de Contabilidade, com o Estatuto da Advocacia e da OAB, instituído através da Lei nº. 8.906, de 4 de julho de 1994, Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil e Provimentos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões tributárias e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Para a **Entidade** não há diferenças entre o *superávit* abrangente do exercício e o *superávit* do exercício. Dessa forma, a **Entidade** apresenta apenas a demonstração do *superávit*.

As presentes demonstrações foram aprovadas para publicação em 18 de junho de 2018.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas de maneira uniforme na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

2.2.2. Anuidades a receber

As anuidades a receber estão registradas pelos seus valores fixados em cada exercício social, acrescidas de juros e multas por atraso quando aplicável.

2.2.3. Outros ativos circulantes

Demais ativos circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são ajustados aos seus valores prováveis de realização.

2.2.4. Imobilizado

Compreendem principalmente edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, computadores e periféricos e veículos, sendo demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos da respectiva depreciação acumulada, calculada pelo método linear.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a **Entidade**.

2.2.5. Intangível

Os custos com as marcas, direito e patentes são registrados pelo valor de custo na contabilidade e amortizado mensalmente de acordo com sua vida útil.

2.2.6. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”).

2.2.7. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das operações, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Inicialmente, são reconhecidas pelo valor pactuado em contrato ou documento similar hábil, e documento fiscal legal, os quais propiciem à **Entidade** bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Normalmente, na prática são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.8. Salários, encargos e benefícios

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.9. Provisões para contingências

As provisões para contingências relacionadas a riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a **Entidade** e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da **Entidade** e suas controladas.

2.2.10. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.2.11. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor do pagamento de anuidades, contribuições, multas e preços de serviços fixados pelo Conselho Seccional, nos termos do art. 55 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB.

2.2.12. Tributos sobre a renda

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro não são devidos, em virtude de a **Entidade** gozar de imunidade tributária em relação aos seus bens, rendas e serviços, conforme disposto no artigo 150, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 5º do artigo 45 da Lei Federal 8.906/94, de 4 de julho de 1994.

3. Estimativas contábeis

A **Entidade** realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas.

Estimativas e premissas

(a) Processos legais

A **Entidade** reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável.

Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis.

As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da **Entidade**.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da **Entidade**.

As aplicações financeiras são representadas por valores de liquidez imediata, registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, remunerados as taxas médias de mercado, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem modificação substancial de seus valores.

O saldo dessa rubrica no fim do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

Caixa e contas correntes

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Caixa	109.355	70.152
Depósitos bloqueados BICBANCO		5.802
Banco do Brasil	582.066	416.274
Banco Santander	73.315	11.966
Caixa Econômica Federal	24.301	16.952
CREDIJUR	872.198	189.951
SICOOB	1.301	
(-) Cheques a compensar		
	1.662.536	711.099

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
CREDIJUR	61	182.204
Caixa Econômica Federal	2.977	3.251
Banco do Brasil	441.977	278.683
Banco Santander	0	0
	<u>445.015</u>	<u>464.139</u>

5. Contribuições obrigatórias

O saldo da rubrica anuidades e outros serviços refere-se a contribuições obrigatórias e inclui valores vencidos no fim do período de relatório, para os quais a **Entidade** não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores (que incluem juros acrescidos aos recebíveis após sua data de vencimento) ainda são considerados recuperáveis.

A **Entidade** não tem garantias para esses saldos, senão a possibilidade de abertura de processo ético disciplinar pelo não pagamento das anuidades.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Contribuições obrigatórias	14.465.322	11.160.457
Cessão de crédito – CASAG	1.148.834	1.148.834
	<u>15.614.157</u>	<u>12.309.292</u>

O incremento nos valores das contribuições obrigatórias refere-se, dentre outros, ao aumento da inadimplência e à equalização da aplicação do regime da competência.

Em 19 de fevereiro de 2016 foi celebrada cessão de crédito para a cobrança e recebimento de anuidades, cheques devolvidos e negociações, estas últimas que, à época, englobam as taxas de revelação de pena e multa disciplinar.

Referida cessão foi no montante de R\$1.209.298,97 (um milhão, duzentos e nove mil, duzentos e noventa e oito reais e noventa e sete centavos), sendo descontado o percentual de 5% (cinco inteiros por cento), com efeito de remuneração pela respectiva cessão. Não houve a disponibilização de recursos financeiros imediatos, sendo convencionado no instrumento celebrado e respectivos aditivos a obrigatoriedade de encontro de contas em 10 de dezembro de 2018.

6. Cheques em cobrança

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Cheques devolvidos	44.170	28.103
Cheques devolvidos – jurídico	60.922	59.639
	<u>105.092</u>	<u>87.742</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores a receber de cheques em cobrança referem-se à contribuições obrigatórias recebidas, as quais permanecem pendentes de recebimentos, face à devolução do título utilizado no seu recebimento.

7. Impostos e contribuições a recuperar

O saldo dos impostos e contribuições a recuperar referem-se a valores a restituir decorrente de tributos recolhidos indevidamente, e estão registrados pelo valor provável de recuperação.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Parcelamento PERT	57.022	
ISS a recuperar	6.365	
Imposto de Renda Retido na Fonte	5.904	5.661
CRF sobre serviços de terceiros	2.162	949
	<u>71.452</u>	<u>6.610</u>

A **Entidade** aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária, durante o exercício, para liquidação de débitos relativos à contribuição previdenciária.

8. Adiantamentos a terceiros

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Adiantamento de salários	500	1.017
Adiantamento de 13º Salário	440	440
Adiantamento de rescisões	4.332	16
Adiantamento de férias	4.776	
Prêmios de seguros a apropriar	12.231	18.264
Adiantamento a fornecedores	32.802	180.655
	<u>55.081</u>	<u>200.392</u>

Os valores de despesas pagas antecipadamente, compreendem àqueles registros de despesas que serão apropriadas nos exercícios subsequentes pelo seu fato gerador, conforme preceitua a aplicação do princípio da competência.

9. Outros Créditos

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Cheques pré-datados	64.382	58.834
Cartões a receber	165.941	140.008
Depósitos não identificados	8.555	0
	<u>238.877</u>	<u>1.311.943</u>

Os valores a receber de cartões referem-se à contribuições obrigatórias recebidas, as quais permanecem pendentes de recebimentos, em virtude de prazo de compensação da instituição financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Depósitos Judiciais

Referem-se a depósitos realizados para fazer face à demandas judiciais em que a **Entidade** é parte, cabendo ressaltar que são decorrentes de cumprimento de determinações judiciais ou necessários para a suspensão de exigibilidade de valores em ações judiciais, até o trânsito em julgado da ação, podendo ser caracterizados por depósitos recursais para a interposição de recursos em instância superior em face de derrota em primeira instância.

11. Investimentos

A **Entidade** possui cotas de capital junto a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Advogados de Goiás Ltda. – SICCOB CREDIJUR, inscrita no CNPJ (MF) nº. 02.480.577/0001-73, que é uma instituição financeira Cooperativa, sociedade de pessoas, de responsabilidade limitada, de natureza civil e sem fins lucrativos, regida pela legislação vigente, pelos atos normativos do Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, além de seu estatuto social e por normas e diretrizes de atuação sistêmica estabelecida pelo Sicoob Confederação, pelas normas internas próprias e pela regulamentação da Cooperativa Central a que está associada.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Investimentos	724.237	635.006
	724.237	635.006

12. Imobilizado

Valores contábeis

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Biblioteca	442.168	442.168
Equipamentos de Informática	1.820.192	1.816.239
Impressoras	7.802	5.259
Máquinas e Equipamentos	3.457.517	3.301.697
Móveis e Utensílios	2.835.317	2.458.377
Obras de Arte	9.808	9.808
Veículos	341.768	194.768
Edificações	16.845.714	16.845.714
Terrenos	484.693	484.693
Obras em andamento	7.506.077	6.954.972
Instalações	93.500	18.000
	33.844.558	32.531.695

Custos de aquisição

	Biblioteca	Equipamentos de Informática	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Obras de Arte
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2017	442.168	1.821.499	3.301.697	2.458.378	9.808

**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL
GOIÁS**



**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Biblioteca	Equipamentos de Informática	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Obras de Arte
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Adições		6.495	155.820	376.939	
Baixas					
Outros					
	442.168	1.827.994	3.457.517	2.835.317	9.808

Custos de aquisição (continuação)

	Veículos	Edificações	Terrenos	Obras em andamento	Instalações
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2017	194.768	16.845.714	484.693	6.954.972	18.000
Adições	147.000			551.106	75.500
Baixas					
Outros					
	341.768	16.845.714	484.693	7.506.077	93.500

A **Entidade** não possui controle individual de bens, de modo que a depreciação foi calculada apenas sobre os itens adquiridos a partir de 2016, mediante controle de documentos fiscais e, ainda, pelos critérios de depreciação previstos em legislação fiscal.

Depreciações acumuladas

	Biblioteca	Equipamentos de Informática	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Construções e reformas em andamento
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2017	357	52.382	9.230	6.876	5.800	31.354
Despesas de depreciação		7.869	953	1.702		5.024
Outros						
	357	60.251	10.183	8.578	5.800	36.378

13. Ativos intangíveis

Valores contábeis

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Direito de uso de <i>softwares</i>	362.114	362.114
Biblioteca Online	99.840	99.840
	461.954	461.954

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo

	Desenvolvimentos capitalizáveis	Patentes	Marcas	Licenças
	R\$	R\$	R\$	R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2017				461.954
Outros				
				461.954

Amortizações acumuladas

	Softwares	Biblioteca online
	R\$	R\$
Saldo em 1º de janeiro de 2017	27.085	33.557
Despesas de amortização	64.196	49.920
Outros		
	91.281	83.447

14. Fornecedores

Fornecedores circulante

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Fornecedores	1.042.548	1.006.494
	1.042.548	1.006.494

Fornecedores não circulante

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Fornecedores		16.640
		16.640

Os fornecedores referem-se à aquisição de produtos e serviços essenciais e necessários às atividades da **Entidade**. Não há títulos vencidos pendentes de pagamento.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

Obrigações trabalhistas

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Salários a pagar	295.462	263.349

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Rescisões a pagar	788	
Pagamento à autônomo	70	819
Férias	131	131
	296.451	264.299

Obrigações sociais

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
INSS patronal	180.167	152.217
FGTS	84.204	73.878
Salário família	78	78
	264.449	226.173

16. Consignações

Eventualmente a **Entidade**, por determinação judicial, retêm valor devido por pessoas vinculadas, bem como realiza empréstimos à funcionários, consignados em folha de pagamento:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Pensão alimentícia	1.352	1.765
Empréstimos a funcionários	3.126	
	4.478	1.765

17. Obrigações Tributárias

Neste grupo são classificados os valores devidos a título de tributos, aos quais a **Entidade** é responsável pela retenção e recolhimento.

Tributos circulante

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
INSS Retido a Recolher	109.836	104.024
Taxas municipais a recolher	0	1.931
Imposto de Renda Retido na Fonte	36.864	32.619
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	72.681	66.507
Contribuição Sindical	524	820
CSL/PIS/COFINS	14.541	16.415
Tributos parcelados	258.617	237.239
	493.063	459.555

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos não circulante

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Tributos parcelados	500.122	722.370
	500.122	722.370

Em novembro de 2017 a **Entidade** realizou a desistência de todos os parcelamentos previdenciários em curso, para efeito de adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (“**PERT**”), condição obrigatória para participação do programa de anistia fiscal.

Até a data de encerramento das demonstrações financeiras, a Receita Federal do Brasil (“**RFB**”) não consolidou o parcelamento.

18. Obrigações estatutárias

As receitas brutas mensais das anuidades, incluídas as eventuais atualizações monetárias e juros, são deduzidas em 60% (sessenta inteiros por cento), cujo valor é segregado da forma abaixo, e destinado às instituições mencionada, nos termos do art. 55 e art. 57 do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da **OAB**:

- (a) 10% (dez inteiros por cento) para o Conselho Federal;
- (b) 3% (três inteiros por cento) para o Fundo Cultural
- (c) 2% (dois inteiros por cento) para o Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados – FIDA, e;
- (d) 10% (dez inteiros por cento) para a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (“**CASAG**”).

Paralelamente, há o repasse às subseções do duodécimo, necessário para compor as receitas próprias destas, para efeito de custeio de suas despesas.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Conselho Federal	1.750.001	828.579
CASAG	6.243.184	8.909.190
CASAG (Cessão de Crédito)	409.581	409.581
Fundo Cultural	6	172.355
Subseções		
FIDA	1.238.963	1.310.491
	9.641.735	11.630.197

19. Empréstimos e financiamentos

Circulante

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
	R\$	R\$
Caixa Econômica Federal		452.088
CREDIJUR	4.054.953	1.643.449

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Santander – Conta Garantida	1.648.186	550.824
Empréstimo consignado BRB		3.904
Empréstimo subseções	10.856	3.914
	5.713.995	2.654.179

Não circulante

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Santander		649.176
CREDIJUR		2.128.018
		2.777.194

20. Provisões trabalhistas

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Provisões sobre férias	325.840	364.620
Provisão sobre 13º. salário		
Provisão encargos sobre férias	99.903	111.792
Provisão encargos sobre 13º. salário		
	425.743	476.412

21. Outras obrigações

	31/12/16	31/12/15
	R\$	R\$
Receitas a identificar	809.192	734.979
Cessão de crédito – CASAG	1.818.065	1.818.065
Contingências	87.160	95.160
Adiantamento de anuidade	12.400	10.715
Energia elétrica		24.875
Telefones e internet		30.202
Água e esgoto		2.813
Cheques a compensar	46.278	8.170
Seguros		1.478
Aluguéis	24.274	
	2.797.369	2.726.457

Os valores relativos as receitas a identificar referem-se ao recebimento histórico de contribuições obrigatórias em conta corrente, sem o correspondente vínculo ao beneficiário.

A **Entidade** é parte em ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões cíveis e trabalhistas. As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

pareceres dos assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente de acordo com a regras mencionadas na nota explicativa nº. 03, sendo contingenciadas de acordo com o critério de análise de riscos, classificados em possível, provável e remoto.

A **OAB**, mediante Instrumento Particular de Cessão Onerosa de Crédito, cedeu à **CASAG** em 21 de fevereiro de 2016 o direito a cobrar e receber valores relativos as ações de execução de anuidades não recebidas dos exercícios de 2009 a 2014 e com ações ajuizadas junto à Justiça Federal. Estas ações somam, à época, o valor de R\$1.818.065,31 (um milhão, oitocentos e dezoito mil, sessenta e cinco reais e trinta e um centavos).

Em contrapartida, a **CASAG** disponibilizou o montante de R\$1.525.154,90 (um milhão, quinhentos e vinte e cinco mil, cento e cinquenta e quatro reais e noventa centavos). Na cessão houve deságio de 5% (cinco inteiros por cento), representado pelo valor de R\$90.903,27 (noventa mil, novecentos e três reais e vinte e sete centavos), bem como o desconto da obrigação estatutária, na ordem de R\$367.285,94 (trezentos e sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais e noventa e quatro centavos).

As contingências foram ajustadas conforme relatório fornecido pelo departamento jurídico da OAB.

22. Patrimônio líquido

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Superávit ou déficit do exercício	7.325.938	5.379.373
Superávit ou déficit exercícios anteriores	24.535.618	18.504.747
Resultado de exercícios anteriores		651.498
	31.861.556	24.535.618

23. Receita operacionais

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Anuidade do exercício	27.093.017	24.935.129
Taxas e emolumentos	2.504.001	2.090.438
Inscrições exames da ordem	724.392	897.195
	30.321.410	27.922.761

24. Receita extraordinárias

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Recuperação de despesas (a)	1.345.343	35.138
Cursos e eventos	1.533.557	650.309
Auxílio financeiro (b) e (c)	7.439.454	7.717.854
Outras receitas (d)	2.400.844	2.450.133
	12.719.198	10.853.433

- (a) O montante de recuperação de despesas refere-se à recuperação de despesas com o Centro de Cultura, Esporte e Lazer da OAB Goiás (“**CEL OAB**”), decorrentes de termo de cessão de uso da **CASAG** com a **Entidade**.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Conversão, pela **CASAG**, em auxílio financeiro, das obrigações de repasses estatutários, conforme exposto abaixo:
1. Valor total de R\$4.185.657,82 (quatro milhões, cento e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos), referente a débitos de repasses estatutários dos exercícios de 2012 a 2015.
 2. Valor total de R\$1.898.681,69 (um milhão, oitocentos e noventa e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos), referente à 50% (cinquenta inteiros por cento) das quotas dos repasses estatutários calculados sobre os meses de janeiro à junho de 2017, bem como o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), relativo ao auxílio financeiro da subseção de Anápolis, Goiás.
- (c) Conversão, pelo Conselho Federal da OAB (“**CFOAB**”), em auxílio financeiro, do montante de 50% (cinquenta inteiros por centos) das obrigações de repasses estatutários da **Entidade**, relativamente ao exercício de 2017, na ordem de R\$ 1.344.297,83 (um milhão, trezentos e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos).
- (d) Compreendem àquelas vinculadas a serviços extraordinários, como serviços de reprografia, impressão, digitalizações, dentre outros, bem como receita de aluguéis. Dentre estas, as receitas com reprografia montam R\$1.347.957,58 (um milhão, trezentos e quarenta e sete mil, novecentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), as receitas de aluguel de imóveis somaram R\$286.926,95 (duzentos e oitenta e seis mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e cinco centavos) e, por último, as receitas com doações, que somam R\$229.907,12 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e sete reais e doze centavos), todas representando proporção superior à 78% (setenta e oito inteiros por cento).

25. Deduções das receitas

Repasses estatutários

	31/12/17	31/12/15
	R\$	R\$
Conselho Federal	(2.688.596)	(2.437.472)
CASAG	(4.917.016)	(4.874.945)
Fundo Cultural	(806.579)	(731.242)
FIDA	(537.719)	(487.494)
	(8.949.909)	(8.531.153)

Outras deduções das receitas

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Restituição	(292.303)	(24.687)
Cancelamento de anuidade	(762.939)	(517.369)
Isenções de anuidades		(7.936)
	(1.055.243)	(549.992)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Custos e despesas operacionais

Pessoal e encargos

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Pessoal e encargos	(12.744.429)	(12.729.492)
	(12.744.429)	(12.729.492)

Outros custos e despesas operacionais

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Eventos administrativos	(1.016.145)	(22.447)
Viagens e representações	(694.472)	(1.110.424)
Benefícios	(352.636)	(497.107)
Despesas gerais e administrativas	(7.554.851)	(6.439.966)
Aluguéis e arrendamentos	(1.565.581)	(1.062.112)
Propaganda e publicidade	(1.166.916)	(676.623)
Despesas tributárias	(136.139)	(131.269)
Outros custos e despesas	(148.122)	(589.163)
	(12.634.862)	(10.529.111)

27. Resultado financeiro

	31/12/17	31/12/16
	R\$	R\$
Despesas financeiras	(1.323.347)	(1.253.114)
Receitas financeiras	1.063.733	196.041
	(259.615)	(1.057.072)

28. Riscos de mercado

As operações da **Entidade** estão sujeitas a fatores de riscos, abaixo descritos:

21.1 Risco de crédito

Decorrem da possibilidade de a **Entidade** sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus associados ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a **Entidade** adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

aberto. No que tange às instituições financeiras, a **Entidade** somente realiza operações com instituições financeiras sólidas e consideradas de baixo risco.

21.2 Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a **Entidade** sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a **Entidade** busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas e instituições financeiras.
